



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IV S.A. E CONTROLADAS

31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras individuais e consolidadas

SUMÁRIO

RELATORIO DO AUDITOR	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
1. INFORMAÇÕES GERAIS	9
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	11
3. GESTÃO DE RISCO	14
4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA.....	19
5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS	22
6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS ÀS DÍVIDAS	23
7. CONTAS A RECEBER	23
8. CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE PARTES RELACIONADAS	24
9. TRIBUTOS A RECUPERAR	25
10. OUTRAS CONTAS A RECEBER	25
11. INVESTIMENTOS	26
12. IMOBILIZADO	29
13. INTANGÍVEL	33
14. FORNECEDORES	34
15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	35
16. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	40
17. TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS.....	41
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	41
19. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS.....	41
20. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS.....	42
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43
22. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	43
23. CUSTO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA	44
24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	44

25.	RESULTADO FINANCEIRO	45
26.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	46
27.	RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO.....	47
28.	TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA.....	47
29.	COBERTURA DE SEGUROS	47
30.	EVENTOS SUBSEQUENTES	48



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e aos Acionistas da
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do período anterior auditadas por auditor independente antecessor:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de março de 2025.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a

não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IV S.A. E CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.897	5.112	109.097	52.086
Contas a receber	7	-	-	25.669	20.040
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	25	-	25
Dividendos a receber		4	-	4	-
IRPJ e CSLL a recuperar	9	4.908	-	6.235	-
Tributos a recuperar	9	35	4.770	58	6.448
Despesas antecipadas		5	119	122	6.107
Estoque		-	-	33	-
Outras contas a receber	10	1.875	2.669	10.719	2.712
Total do ativo circulante		8.724	12.695	151.937	87.418
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	46.814	76.570
Tributos a recuperar		-	-	15	-
Despesas antecipadas		-	-	6	-
		-	-	46.835	76.570
Investimentos	11	1.125.856	1.205.125	2.001	-
Imobilizado	12	92	125	2.320.173	2.413.710
Intangível	13	2.077	1.882	92.636	102.098
Total do ativo não circulante		1.128.025	1.207.132	2.414.810	2.515.808
Total do ativo		1.136.749	1.219.827	2.613.582	2.679.796

Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Fornecedores	14	268	5.627	50.271	167.376
Empréstimos e financiamentos	15	270.148	-	314.751	48.652
Contas a pagar de partes relacionadas	8	-	1.493	-	1.493
IRPJ e CSLL	16	-	-	4.351	-
Tributos e obrigações trabalhistas	17	65	1.720	3.822	8.090
Encargos regulatórios	18	-	-	5.707	2.721
Total do passivo circulante		270.481	8.840	378.902	228.332
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	504.795	1.214.600	1.730.350
Provisão para processos judiciais	19	-	-	556	-
Provisão para desmobilização de ativos	20	-	-	18.507	14.922
IRPJ e CSLL diferidos	16	-	-	5.023	-
Tributos e obrigações trabalhistas	17	396	-	396	-
Fornecedores	14	-	-	129.726	-
Total do passivo não circulante		396	504.795	1.368.808	1.745.272
Patrimônio líquido					
Capital social	21	1.621.502	1.615.952	1.621.502	1.615.952
Capital social a integralizar	21	-	(328.590)	-	(328.590)
Prejuízos acumulados		(755.630)	(581.170)	(755.630)	(581.170)
Total do patrimônio líquido		865.872	706.192	865.872	706.192
Total do passivo e patrimônio líquido		1.136.749	1.219.827	2.613.582	2.679.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IV S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	22	-	-	321.936	202.577
Custo de venda de energia elétrica	23	-	-	(245.625)	(206.452)
Lucro (prejuízo) bruto		-	-	76.311	(3.875)
Despesas gerais e administrativas	24	(2.403)	(22.780)	(15.139)	(26.094)
Resultado com participações societárias	11	(88.826)	(95.912)	1.812	-
(Prejuízo) lucro operacional		(91.229)	(118.692)	62.984	(29.969)
Receitas financeiras	25	639	3.237	17.463	19.871
Despesas financeiras	25	(83.870)	(92.470)	(235.470)	(186.328)
Resultado financeiro		(83.231)	(89.233)	(218.007)	(166.457)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(174.460)	(207.925)	(155.023)	(196.426)
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	-	-	(14.414)	(11.499)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	(5.023)	-
Prejuízo do exercício		(174.460)	(207.925)	(174.460)	(207.925)
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$				(0,11)	(0,13)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IV S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(174.460)	(207.925)	(174.460)	(207.925)
Outros componentes do resultado abrangente	-	147	-	147
Total do resultado abrangente	(174.460)	(207.778)	(174.460)	(207.778)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IV S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social		Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar			
Saldos em 01 de janeiro de 2024	1.557.001	(614.549)	(373.245)	(147)	569.060
Integralização de capital		344.910	-	-	344.910
Aumento de capital	58.951	(58.951)	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	147	147
Prejuízo do exercício	-	-	(207.925)	-	(207.925)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.615.952	(328.590)	(581.170)	-	706.192
Aumento de capital	13.000	(13.000)	-	-	-
Integralização de capital		334.140	-	-	334.140
Prejuízo do exercício	-	-	(174.460)	-	(174.460)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.628.952	(7.450)	(755.630)	-	865.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IV S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(174.460)	(207.925)	(174.460)	(207.925)
Ajustes de receitas e despesas					
Impostos de renda e contribuições sociais		-	-	5.023	-
Depreciação e amortização	12 e 13	484	445	102.821	88.563
Baixa de ativo imobilizado e intangível		-	-	6.436	-
Resultado com participações societárias	11	88.825	95.912	(1.812)	-
Receitas de aplicações financeiras vinculadas às dívidas		-	-	(7.966)	-
Juros, variações monetárias e custo de emissão - debêntures, empréstimos e financiamentos	15	82.713	84.415	202.088	202.172
Atualização financeira de provisão de desmobilização		-	-	1.282	-
Provisão para processos judiciais		-	-	556	-
Variações nos ativos operacionais					
Contas a receber	7	-	-	(5.629)	(10.283)
Contas a receber de partes relacionadas	8	(1.468)	37.975	(1.468)	(25)
Tributos a recuperar		(173)	(843)	140	(1.220)
Estoque		-	-	(33)	-
Despesas antecipadas		114	(11)	5.979	(1.236)
Outras contas a receber	10	794	1.049	(8.007)	1.028
Variações nos passivos operacionais					
Fornecedores	14	(5.359)	4.437	16.442	74.845
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	17	(1.245)	1.619	11.006	11.037
Contas a pagar de partes relacionadas		-	51	-	51
Outras contas a pagar		-	-	2.303	(122)
Encargos regulatórios		-	-	2.986	65
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(9.775)	17.124	157.687	156.950
Juros pagos de debêntures, empréstimos e financiamentos	15	(45.815)	(121.105)	(132.815)	(195.373)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14)	-	(10.527)	(7.220)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(55.604)	(103.981)	14.345	(45.643)
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas		-	-	-	(51.323)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	12 e 13	(646)	(477)	(10.079)	(270.382)
Integralização de capital nas controladas	11	(9.560)	(114.036)	(193)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(10.206)	(114.513)	(10.272)	(321.705)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	(24.068)	-
Resgates de aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	61.790	-
Captação de empréstimos e financiamentos	15	-	230.000	-	230.000
Captação de debêntures	15	-	225.000	-	296.244
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	(174)	(175.000)	(318.924)	(228.555)
Pagamento de debêntures	15	(271.371)	(445.000)	-	(445.000)
Integralização de capital		334.140	344.910	334.140	344.910
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		62.595	179.910	52.938	197.599
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(3.215)	(38.584)	57.011	(169.749)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.112	43.696	52.086	221.835
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.897	5.112	109.097	52.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto operacional

A Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (“Companhia” ou “IBH IV”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de setembro de 2019, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98 - 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável.

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

1.2 Relação de entidades controladas

A IBH IV possui o controle da Infraestrutura Brasil Holding V S.A. (“IBH V”), constituída em 25 de setembro de 2019 e da Infraestrutura Brasil Holding SV S.A. (“IBH SV”), constituída em 10 de setembro de 2021. Ambas as controladas diretas da IBH IV têm como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável.

Em 22 de outubro de 2021, a Companhia adquiriu participação societária correspondente a 16,67% do capital social da Gestão e Transformação Infraestrutura S.A., sociedade que tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria em gestão de negócios e criação de valor na área empresarial.

Empresa	Participação		Atividade principal	Controle
	31/12/2025	31/12/2024		
Gestão e Transformação Infraestrutura S.A. (“Gestão e Transformação”)	16,67%	16,67%	Consultoria	Joint Venture
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	100%	100%	Holding	Direto
Infraestrutura Brasil Holding V S.A. (“IBH V”)	100%	100%	Holding	Indireto
Infraestrutura Brasil Holding SV S.A. (“IBH SV”)	100%	100%	Holding	Indireto
Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A. (“VSV”)	-	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 01” ou “VT01”)	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 02 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 02” ou “VT02”)	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 03 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 03” ou “VT03”)	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 04 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 04” ou “VT04”)	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 05 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 05” ou “VT05”)	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 06 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 06” ou “VT06”)	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 07” ou “VT07”)	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 08 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 08” ou “VT08”)	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 09” ou “VT09”)	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 10 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 10” ou “VT10”)	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 11” ou “VT11”)	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 12 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 12” ou “VT12”)	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 13 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 13” ou “VT13”)	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 14 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 14” ou “VT14”)	100%	100%	Geração de energia	Indireto

As Controladas indiretas possuem as seguintes características:

SPE	Usina	Estado	Capacidade MW	Garantia Física – MWm	Início da autorização	Fim da autorização
VT 01	Ventos de São Vitor 01	BA	32	15,1	03/11/2020	02/11/2055
VT 02	Ventos de São Vitor 02	BA	32	16	03/11/2020	02/11/2055
VT 03	Ventos de São Vitor 03	BA	32	14,6	03/11/2020	02/11/2055
VT 04	Ventos de São Vitor 04	BA	32	15,3	03/11/2020	02/11/2055
VT 05	Ventos de São Vitor 05	BA	32	16,2	03/11/2020	02/11/2055
VT 06	Ventos de São Vitor 06	BA	32	16,3	03/11/2020	02/11/2055
VT 07	Ventos de São Vitor 07	BA	44,8	22,2	03/11/2020	02/11/2055
VT 08	Ventos de São Vitor 08	BA	32	15,8	03/11/2020	02/11/2055
VT 09	Ventos de São Vitor 09	BA	32	16,1	03/11/2020	02/11/2055
VT 10	Ventos de São Vitor 10	BA	44,8	22,6	03/11/2020	02/11/2055
VT 11	Ventos de São Vitor 11	BA	32	14,8	03/11/2020	02/11/2055
VT 12	Ventos de São Vitor 12	BA	32	15,7	03/11/2020	02/11/2055
VT 13	Ventos de São Vitor 13	BA	32	15,5	03/11/2020	02/11/2055
VT 14	Ventos de São Vitor 14	BA	38,4	17,8	03/11/2020	02/11/2055
Total			480	234		

A Companhia juntamente com suas controladas diretas e indiretas, é referida como “Grupo” ao longo das demonstrações financeiras.

1.3 Contratos de energia

O Complexo Eólico Ventos de São Vitor é composto por 14 usinas eólicas, totalizando aproximadamente 480 MW de potência instalada.

Em 2019, o complexo comercializou cerca de 70% de sua energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (CCEAL) firmados com a CEMIG Geração e Transmissão (“CEMIG”). Os contratos celebrados são de longo prazo, até dezembro de 2041, sendo que as condições comerciais permanecem confidenciais, em conformidade com as práticas de mercado e com as cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes.

No que se refere à estrutura de financiamento de longo prazo, parte do Complexo Eólico Ventos de São Vitor conta com financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, enquanto outra parcela é financiada pelo Banco do Nordeste – BNB, refletindo uma estrutura de capital diversificada e alinhada às características do projeto.

1.4 Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo no montante de R\$261.757 na Controladora e R\$226.965 no Consolidado (positivo em R\$3.855 na Controladora e negativo em R\$140.914 no Consolidado em 31 dezembro de 2024).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total do ativo circulante	8.724	12.695	151.937	87.418
Total do passivo circulante	270.481	8.840	378.902	228.332
Capital circulante líquido	(261.757)	3.855	(226.965)	(140.914)

O Grupo registrou prejuízos nos últimos exercícios, refletindo principalmente sua estrutura de capital, o perfil econômico-financeiro típico dos primeiros anos de operação dos empreendimentos e os efeitos recentes de eventos

de *curtailment*, os quais reduziram o resultado dos períodos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no patrimônio líquido no montante de R\$755.630.

As controladas indiretas possuem contratos de venda de energia de longo prazo, que proporcionam previsibilidade de receitas ao longo da vigência contratual, ainda que sujeitos a eventuais restrições operacionais do sistema elétrico. A Administração monitora continuamente a posição de liquidez e o desempenho operacional do Grupo, avaliando a necessidade de adequações em sua estrutura de capital.

No curso normal dos negócios, e considerando o estágio atual dos empreendimentos, a Companhia poderá contar, quando necessário, com suporte financeiro de seus acionistas, por meio de aportes de capital, os quais estão alinhados ao planejamento financeiro do grupo econômico.

Com base na avaliação realizada, a Administração entende que a Companhia possui capacidade de manter a continuidade normal de suas operações, razão pela qual as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 06 de março de 2026.

2.2 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.3 Adoção de normas contábeis – Novas e revisadas

Norma / Pronunciamento	Vigência	Principais pontos novos/alterados
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	01/01/2025	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante.
CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	01/01/2026	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	01/01/2026	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais.
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	01/01/2027	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia fará a adoção a essas normas e interpretações novas e alteradas conforme o CPC correspondente, se cabível, quando entrarem vigor.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

(b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 12 – Imobilizado:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxas de depreciação;
- **Nota explicativa 13 – Intangível:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização;
- **Nota explicativa 12 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida:** A avaliação da recuperação de ativos de longa duração e de vida útil indefinida, segue regras

específicas. Ao final de cada exercício, o Grupo realiza análise para identificar possíveis evidências de que o montante contábil desses ativos possa não ser recuperável. Em situações excepcionais, caso sejam identificadas tais evidências, o Grupo aplica o teste de recuperação (*impairment*) desses ativos. Esses testes envolvem a consideração de diversas variáveis e fatores de incerteza relacionados: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) prazo das autorizações; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. Todo o processo busca assegurar que o valor contábil dos ativos não exceda seu valor recuperável, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis;

- **Nota explicativa 17 – Tributos e obrigações trabalhistas:** A provisão de bônus é estimada com base no atingimento de metas, remunerações e quadro de pessoal.
- **Nota explicativa 19 – Provisão para processos judiciais:** Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota explicativa 20 – Provisão para desmobilização de ativos:** Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base em estimativas e premissas, considerando as taxas de desconto NTN-B+IPCA e o valor presente dos custos previstos para a desmobilização e remoção dos ativos ao término do prazo de autorização das usinas. Esses custos são reconhecidos contra o ativo correspondente.

2.7 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações contábeis consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo.

3. GESTÃO DE RISCO

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado, b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
		Avaliação de crédito	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	

(a) Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os riscos de taxa de juros decorrem de contratos operacionais, empréstimos e financiamentos. Esses contratos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa, o qual permanece sendo constantemente monitorado.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos.

Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ ou swap de taxa de juros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro, mensuram, contextualmente, o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA.

A seguir, é apresentada a tabela demonstrativa da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para o Grupo, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data.

Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração da Companhia e das controladas: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com apreciação e depreciação de 25%, e (iii) com apreciação e depreciação de 50%.

			Controladora				
			31/12/2025				
Operação	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
			4,05%	3,04%	5,06%	2,03%	6,08%
Recursos em aplicações financeiras	CDI	1.897	255	191	319	127	382
Empréstimos e financiamentos	CDI	(271.603)	(36.506)	(27.380)	(45.633)	(18.253)	(54.759)
			Consolidado				
			31/12/2025				
Operação	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
	IPCA		4,05%	3,04%	5,06%	2,03%	6,08%
Recursos em aplicações financeiras	CDI	102.993	13.843	10.382	17.304	6.922	20.765
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	CDI	46.814	6.292	4.719	7.865	3.146	9.438
Empréstimos e financiamentos	CDI	(271.603)	(36.506)	(27.380)	(45.633)	(18.253)	(54.759)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(1.286.143)	(52.089)	(39.067)	(65.111)	(26.044)	(78.133)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez conforme o uso previsto do caixa classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela Administração.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Tesouraria acompanha as cláusulas contratuais dos empréstimos e debêntures, além de monitorar as condições restritivas financeiras (“*covenants*”), quando aplicável, a fim de que o Grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias ou legais.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Na data deste balanço, o Grupo mantinha CDBs e caixa disponível na Controladora de R\$ 1.897 (R\$5.112 em 31 de dezembro de 2024) e no Consolidado de R\$109.097 (R\$52.086 em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Controladora	
	Vencimentos	
	Até um ano (i)	Total geral
Em 31 de dezembro de 2025		
Fornecedores	268	268
Empréstimos e financiamentos	302.109	302.109
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	5.627	5.627
Contas a pagar de partes relacionadas	1.493	1.493

	Consolidado				Total geral
	Vencimentos				
	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	50.271	80.882	48.844	-	179.997
Empréstimos e financiamentos	424.732	252.435	263.261	1.923.646	2.864.074
Encargos regulatórios	5.707	-	-	-	5.707
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	167.376	-	-	-	167.376
Contas a pagar de partes relacionadas	1.493	-	-	-	1.493
Encargos regulatórios	2.721	-	-	-	2.721

- (i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes.

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.

O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e encargos regulatórios.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, o Grupo monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas às dívidas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos e financiamentos	270.148	504.795	1.529.351	1.779.002
(-) Caixa e equivalente de caixa	(1.897)	(5.112)	(109.097)	(52.086)
(-) Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	(46.814)	(76.570)
Dívida líquida	268.251	499.683	1.373.440	1.650.346
Total do patrimônio líquido	865.872	706.192	865.872	706.192
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)	1.134.123	1.205.875	2.239.312	2.356.538
Índice de alavancagem financeira - %	24%	41%	61%	70%

3.3 Outros riscos considerados relevantes

a) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

O risco de *curtailment* no setor de energia é a limitação ou corte forçado da geração por decisão do Operador Nacional do Sistema (ONS), mesmo que haja recurso natural para gerar.

Causado por excesso de produção/falta de demanda em determinados dias e horários, por congestionamento/indisponibilidade da rede de transmissão ou por outros critérios operativos de confiabilidade definidos pelo ONS, apesar de ser um risco que sempre existiu no setor, tornou-se mais relevante a partir de agosto de 2023, atingindo percentuais elevados e afetando especialmente projetos eólicos e solares da região Nordeste.

Tal situação gera prejuízos e afeta a viabilidade de investimentos em ativos de geração renovável, levando a busca por soluções estruturais como melhorias na rede de transmissão, ações de incentivo e regulamentação de armazenamento, além de compensações financeiras para visando mitigar os impactos financeiros aos geradores.

Foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, a qual estabeleceu diretrizes para a compensação parcial aos geradores de energia elétrica por perdas decorrentes de certos tipos de restrições de geração. A referida Lei instituiu o arcabouço legal para eventual indenização, condicionando sua efetiva aplicação à regulamentação específica pelos órgãos competentes e à celebração de Termo de Compromisso entre os agentes de geração e o Poder Concedente.

Em continuidade ao processo regulatório, foi instaurada a Consulta Pública nº 210/2025, aberta em 31 de dezembro de 2025, com prazo para contribuições até 16 de janeiro de 2026, com o objetivo de definir, entre outros aspectos, os critérios de elegibilidade, a metodologia de apuração dos montantes compensáveis, os limites financeiros aplicáveis e as condições operacionais para implementação do mecanismo previsto na Lei.

Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação permanecem em discussão. Dessa forma, considerando o estágio atual do processo regulatório e a ausência de definição quanto aos parâmetros aplicáveis e à efetiva materialização do direito à compensação, a Companhia não reconheceu quaisquer efeitos contábeis relacionados a esse tema nas demonstrações financeiras, permanecendo no aguardo do posicionamento final das autoridades competentes para concluir suas análises.

b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo, como mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos e supressão de benefícios fiscais.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também instituído o Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de futura regulamentação.

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser mensurados após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

c) Risco de impairment

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo identificou indicativos de *impairment* para um ativo ou grupo de ativos, conforme detalhado na nota explicativa nº 12 (“Imobilizado”).

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente (“VJORA”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos Financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados.

(e) Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado

Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	1.897	5.112	109.097	52.086
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	46.814	76.570
Contas a receber	-	-	25.669	20.040
Contas a receber de partes relacionadas	-	25	-	25
Dividendos a receber	4	-	4	-
Outras contas a receber	1.875	2.669	10.719	2.712
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado:				
Fornecedores	268	5.627	179.997	167.376
Empréstimos e financiamentos	270.148	504.795	1.529.351	1.779.002
Contas a pagar de partes relacionadas	-	1.493	-	1.493
Encargos regulatórios	-	-	5.707	2.721

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos classificados no circulante aproxima-se de seu valor justo em função do curto prazo remanescente até o vencimento.

Para os instrumentos classificados no não circulante, a Administração entende que o valor contábil representa uma aproximação razoável do respectivo valor justo na data do balanço, considerando que são remunerados substancialmente por taxas pós-fixadas indexadas a indicadores econômicos e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Não foi elaborada estimativa específica de valor justo.

5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS

Política contábil

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na Controladora e nas controladas.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Recursos em banco e em caixa	25	26	6.104	76
Recursos em aplicações financeiras (i)	1.872	5.086	102.993	52.010
Total	1.897	5.112	109.097	52.086

- (i) Aplicações financeiras em CDBs com liquidez diária, remunerados a uma taxa média de 99,18% do CDI (97% a 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS ÀS DÍVIDAS

Política contábil

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas (i)	46.814	76.570
Total	46.814	76.570

- (i) Contas reservas relacionadas às dívidas das controladas indiretas (SPEs) que possuem financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate. Valores aplicados em CDB com remuneração equivalente a 98% do CDI e em Fundo de Investimento com remuneração equivalente a 97,54% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (média de 97,32% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7. CONTAS A RECEBER

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas.

A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que o saldo a receber, em sua maioria, é oriundo do contrato com a CEMIG que não possui histórico de inadimplência. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia (i)	25.669	20.040
Total	25.669	20.040

- (i) Contas a receber relativas principalmente aos respectivos Power Purchase Agreements (“PPAs”) junto à CEMIG das controladas indiretas São Vitor 01, São Vitor 02, São Vitor 03, São Vitor 04, São Vitor 07, São Vitor 08, São Vitor 10, São Vitor 12 e São Vitor 13. Os contratos foram firmados conforme condições negociadas entre as partes e preveem a venda de energia incentivada com início de suprimento de energia em janeiro de

2023 e término em dezembro de 2041. Além dos contratos de PPA junto à CEMIG, as controladas indiretas efetuaram vendas de energia para outras comercializadoras.

Abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	24.858	20.040
Vencidos de 1 a 30 dias	470	-
Vencidos de 31 a 90 dias	341	-
Total	25.669	20.040

8. CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com o Grupo, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

	Empresas	Natureza	Controladora e Consolidado			
			31/12/2025		31/12/2024	
			Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
	Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	Custo compartilhado	-		-	1.493
	Chapada Branca Holding S.A.	Reembolso de despesas	-	-	19	-
	Fótons de São Magno Energias Renováveis S.A.	Reembolso de despesas	-	-	6	-
	Total		-	-	25	1.493

(a) Impacto no resultado

	Empresas	Natureza	Controladora e Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024
			Resultado	Resultado
	Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	Despesa de custo compartilhado	(805)	15.852
	Total		(805)	15.852

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa controlada pelo Pátria. A remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo encargos e benefícios, totalizava R\$9.190 (R\$5.861 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia possui contratos de outorga do Incentivo de Longo Prazo (“ILP”) que foram firmados pela Companhia e representam a outorga do direito sobre valorização de investimento pela Assembleia Geral, o qual está sujeita ao limite global de 5% (cinco por cento) do Ganho do Acionista. O Plano do Incentivo de Longo Prazo tem por objetivo permitir que seus Beneficiários façam jus, de acordo com os termos e condições previstos, ao Incentivo, consubstanciado no direito ao recebimento de valor em dinheiro, ou de ações de emissão da Companhia, conforme o caso, atrelado a potencial valorização do investimento realizado pelo Acionista Controlador, proporcional ao percentual atribuído a cada Beneficiário.

O pagamento de qualquer valor devido a título de Incentivo ocorrerá apenas no âmbito de um Evento de Liquidez decorrente de uma Transferência de Controle da Companhia. A atual previsão é que o pagamento deverá ser realizado pela Companhia, em dinheiro, mediante transferência eletrônica de recursos aos Beneficiários.

A Companhia reconheceu reversão parcial de despesa no montante de R\$1.300 referente ao programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP) destinados a alta administração em 31 de dezembro de 2025 (provisão de despesa de R\$ 1.590 em 31 de dezembro de 2024). Esse incentivo tem como objetivo alinhar os interesses dos executivos com a criação de valor para os acionistas.

Compartilhamento de Custos

O contrato de compartilhamento de despesas que a IBH I mantinha com a Companhia, foi rescindindo em dezembro de 2024.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Imposto de renda e contribuições sociais a recuperar	4.908	3.670	6.235	4.792
IRRF a recuperar	35	1.100	47	1.175
COFINS e PIS a recuperar	-	-	-	7
Outros tributos a recuperar	-	-	11	473
	4.943	4.770	6.293	6.448
Não Circulante				
Outros tributos a recuperar	-	-	15	-
	-	-	15	-
Total	4.943	4.770	6.308	6.448

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Política contábil

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Adiantamento a funcionários	-	-	16	36
Adiantamento a fornecedores	-	56	43	60
Depósitos judiciais			5.890	-
TUST (i)			2.895	-
Outros ativos	1.875	2.613	1.875	2.616
Total	1.875	2.669	10.719	2.712

(i) Montante pago a título de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) que se espera que seja recuperado.

11. INVESTIMENTOS

Política contábil

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora (i) está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e (ii) tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da Controladora e são consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Movimentação dos investimentos

	IBH V	IBH SV	Gestão e Transformação	Total do investimento
Participação acionária	100%	100%	16,67%	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	567.005	619.849	-	1.186.854
Equivalência patrimonial	(62.103)	(33.809)	-	(95.912)
Aumento de capital	63.131	50.905	-	114.036
Outros resultados abrangentes	107	40	-	147
Saldos em 31 de dezembro de 2024	568.140	636.985	-	1.205.125
Participação acionária	100%	100%	16,67%	
Saldos em 01 de janeiro de 2025	568.140	636.985	-	1.205.125
Equivalência patrimonial	(59.225)	(31.412)	1.812	(88.825)
Integralização de capital	1.700	7.667	205	9.572
Distribuição de dividendos	-	-	(16)	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	510.615	613.240	2.001	1.125.856

(b) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas diretas e indiretas:

Em 31 de dezembro de 2025	IBH V	IBH SV	Gestão e Transformação	VSV	São Vitor 01	São Vitor 02	São Vitor 03
Balanco patrimonial resumido							
Participação acionária	100%	100%	16,67%	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	741	792	20.156	-	18.619	5.634	2.751
Ativo não circulante	509.874	612.449	17.716	-	170.209	158.179	159.386
Passivo circulante	1	1	9.541	-	21.988	6.705	4.808
Passivo não circulante	-	-	12.669	-	103.506	89.623	91.877
Patrimônio líquido	510.614	613.240	15.662	-	63.334	67.485	65.452
Demonstração de resultado resumida							
Receita líquida de vendas	-	-	18.860	-	18.823	18.377	18.455
Lucro (prejuízo) bruto	-	-	8.947	(8)	3.060	2.508	2.805
Lucro (prejuízo) do exercício	(59.225)	(31.413)	1.017	(191)	(10.058)	(5.440)	(10.170)
Em 31 de dezembro de 2024	IBH V	IBH SV	Gestão e Transformação	VSV	São Vitor 01	São Vitor 02	São Vitor 03
Balanco patrimonial resumido							
Participação acionária	100%	100%	16,67%	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	763	849	17.488	134	6.687	2.919	3.214
Ativo não circulante	567.385	636.142	19.919	185	184.666	164.338	172.939
Passivo circulante	8	5	7.499	-	28.358	19.588	10.287
Passivo não circulante	-	-	15.842	-	90.703	74.869	90.244
Patrimônio líquido	568.140	636.986	14.066	319	72.292	72.800	75.622
Demonstração de resultado resumida							
Receita líquida de vendas	-	-	14.197	-	18.090	20.951	13.213
Lucro (prejuízo) bruto	-	-	10.916	(7)	555	174	(1.338)
Lucro (prejuízo) do exercício	(62.103)	(33.809)	2.287	(364)	(11.991)	(5.345)	(7.611)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2025	São Vitor 04	São Vitor 05	São Vitor 06	São Vitor 07	São Vitor 08	São Vitor 09	São Vitor 10	São Vitor 11
Balanco patrimonial resumido								
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	6.638	11.135	13.341	4.021	5.734	10.729	8.324	10.013
Ativo não circulante	155.623	159.097	157.600	219.118	159.583	158.104	219.529	158.785
Passivo circulante	6.476	5.428	5.528	10.342	5.264	6.403	9.023	5.434
Passivo não circulante	84.560	80.508	79.063	135.328	80.679	81.999	120.292	92.033
Patrimônio líquido	71.225	84.296	86.350	77.469	79.374	80.431	98.538	71.331
Demonstração de resultado resumida								
Receita líquida de vendas	19.510	24.192	27.192	27.009	19.586	26.557	26.630	24.735
Lucro (prejuízo) bruto	2.172	7.585	10.040	2.184	3.015	6.710	4.214	10.890
Lucro (prejuízo) do exercício	(5.837)	(547)	1.851	(15.842)	(5.017)	(1.562)	(6.981)	(2.088)
Em 31 de dezembro de 2024	São Vitor 04	São Vitor 05	São Vitor 06	São Vitor 07	São Vitor 08	São Vitor 09	São Vitor 10	São Vitor 11
Balanco patrimonial resumido								
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	3.858	2.783	3.804	4.412	2.444	2.522	3.471	3.520
Ativo não circulante	159.448	161.767	162.340	237.845	165.952	162.168	220.153	171.405
Passivo circulante	10.699	6.196	6.779	23.656	10.329	9.380	15.788	11.818
Passivo não circulante	75.544	74.754	75.223	125.321	75.266	74.612	105.567	90.289
Patrimônio líquido	77.063	83.600	84.142	93.280	82.801	80.698	102.269	72.818
Demonstração de resultado resumida								
Receita líquida de vendas	15.813	9.032	15.293	22.672	15.241	9.861	20.005	8.504
Lucro (prejuízo) bruto	1.034	(189)	497	(1.662)	(2.350)	688	(2.383)	1.668
Lucro (prejuízo) do exercício	(4.286)	(2.612)	(2.589)	(11.479)	(7.138)	(3.485)	(7.315)	(3.347)

Em 31 de dezembro de 2025	São Vitor 12	São Vitor 13	São Vitor 14
Balanco patrimonial resumido			
Participação acionária	100%	100%	100%
Ativo circulante	9.018	14.295	24.810
Ativo não circulante	152.098	149.073	191.925
Passivo circulante	7.949	7.090	9.364
Passivo não circulante	99.277	101.899	127.767
Patrimônio líquido	53.890	54.379	79.604
Demonstração de resultado resumida			
Receita líquida de vendas	19.660	19.344	31.874
Lucro (prejuízo) bruto	2.752	3.660	14.724
Lucro (prejuízo) do exercício	(10.029)	(8.730)	(872)
Em 31 de dezembro de 2024	São Vitor 12	São Vitor 13	São Vitor 14
Balanco patrimonial resumido			
Participação acionária	100%	100%	100%
Ativo circulante	9.478	12.347	13.512
Ativo não circulante	164.955	159.888	203.998
Passivo circulante	20.942	19.743	29.655
Passivo não circulante	89.573	89.384	107.381
Patrimônio líquido	63.918	63.108	80.474
Demonstração de resultado resumida			
Receita líquida de vendas	19.532	21.056	15.963
Lucro (prejuízo) bruto	315	1.103	(1.980)
Lucro (prejuízo) do exercício	(10.064)	(9.768)	(6.728)

12. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização. As taxas anuais de depreciação do Grupo se aproximam das taxas de depreciação do MCPSE.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

Teste de redução ao valor recuperável

O Grupo avalia anualmente ou, com maior frequência, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de um teste de *impairment*, conforme os parágrafos 9 a 12 do CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. Nesse sentido, a avaliação é feita com base em fontes externas e internas de informação, considerando variações nas taxas de juros de mercado, mudanças significativas em ambientes tecnológicos, de mercado, econômico ou legal no qual a entidade opera ou mercado para o qual o ativo é utilizado, evidências de obsolescência, dano físico do ativo ou desempenho econômico pior que o esperado, além de outras indicações observáveis de que o ativo diminuiu significativamente no período.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo realizou uma análise detalhada dos indicadores de *impairment* utilizando fontes internas e externas, em conformidade com as normas CPC 01 (R1) / IAS 36, para suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Para fins de teste de *impairment*, a Administração define que as SPEs, em conjunto, representam uma Unidade Geradora de Caixa (UGC). Essa classificação fundamenta-se no fato de que as SPEs estão situadas em uma mesma região geográfica e compartilham características operacionais e decisões estratégicas sinérgicas, sendo geridas e monitorados como uma única unidade de negócios.

Foram identificados indicativos de *impairment* no Complexo Eólico Ventos de São Vitor, uma vez que a performance operacional e os resultados dos ativos para o referido período ficaram abaixo das projeções orçamentárias. Essa situação decorre, principalmente, dos altos níveis de *curtailment* que afetam o complexo e não estão sob controle da Administração. O *curtailment* é um fator externo adverso que impactou diretamente a operação, contribuindo para uma piora significativa nos resultados, vide nota explicativa nº 3.3.

Diante da situação supracitada, foi realizado teste de valor recuperável com base no cálculo do valor em uso dos ativos geradores de caixa, utilizando método do fluxo de caixa descontado. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio descontados por uma taxa de retorno que considera a incerteza de se atingir esses fluxos de caixa e o valor temporal do dinheiro.

O teste foi realizado por uma consultoria especializada contratada pela Administração e se baseou em premissas de projeções de longo prazo preparadas pela Administração, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores.

Os testes de *impairment* foram executados por meio de cálculos do valor recuperável, definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda, conforme parágrafo 18 do CPC 01. O valor em uso foi determinado utilizando o método de fluxo de caixa descontado (DCF).

As premissas fundamentais que sustentam o teste de redução ao valor recuperável do complexo foram estruturadas a partir de projeções de fluxos de caixa fundamentadas em diretrizes financeiras, operacionais e regulatórias, sempre em alinhamento com o plano de negócios da Companhia e as condições vigentes de mercado. Para a correção das projeções de receitas e custos, adotou-se o IPCA como índice econômico central, refletindo de maneira fidedigna as expectativas inflacionárias para o período. O estudo abrange um período de 30 anos para fins de análise, prazo que corresponde à vida útil remanescente dos ativos do complexo conforme laudos técnicos, utilizando como data-base o dia 30 de setembro de 2025.

No que tange à expectativa de faturamento, a receita baseia-se predominantemente em contratos bilaterais, PPAs (*Power Purchase Agreements*), que asseguram a comercialização da energia por prazos determinados. A curva de geração futura foi desenhada considerando o histórico de desempenho do complexo, certificações de produção de energia das usinas eólicas e o cenário de despacho projetado para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Um elemento crítico nesta modelagem é a projeção de perdas por *curtailment*, o qual se baseia em estudos de projeção de carga, demanda e de expansão de linhas de transmissão, para estimar os desligamentos forçados das usinas, considerados até o último ano de projeção. Assim, a geração líquida final para fins de faturamento é obtida subtraindo-se da geração bruta tanto as perdas por *curtailment* quanto o consumo interno das instalações.

Sobre o fluxo de caixa, as projeções incorporam as deduções necessárias sobre as vendas, incluindo tributos como PIS e COFINS, aplicados rigorosamente conforme a legislação, além dos encargos setoriais regulatórios pertinentes ao setor elétrico. Para converter esses fluxos futuros ao valor presente, utilizou-se o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que inicia em 12,13% e converge para 11,60% a partir de 2028, capturando o perfil de risco do empreendimento e as flutuações das condições de mercado ao longo do tempo.

Em relação a Lei nº 15.269/2025, o Grupo optou por uma postura conservadora, entendendo que não há base objetiva para mensurar esses efeitos no momento, de modo que o valor em uso do Complexo Eólico Ventos de São Vitor não contempla tais ganhos potenciais até que as definições legais sejam plenamente estabelecidas.

Como resultado desses testes, o valor recuperável de todos os ativos avaliados excedeu seu respectivo valor contábil. Portanto, não foi reconhecida qualquer perda por *impairment* no período, conforme parágrafo 58 do CPC 01 (R1).

(a) Composição e movimentação do ativo imobilizado

	Controladora		
	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	95	71	166
Depreciação	(24)	(5)	(29)
Reclassificação	(12)	-	(12)
Saldo contábil líquido	59	66	125
Custo	162	44	206
Depreciação acumulada	(70)	(11)	(81)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	92	33	125
Depreciação	(28)	(4)	(33)
Saldo contábil líquido	64	29	92
Custo	162	43	204
Depreciação acumulada	(98)	(14)	(112)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	64	29	92
Taxa média de depreciação	17,57%	10,33%	

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado						Total
	Imobilizado em andamento	Terrenos	Desmobilização de ativos	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Planta eólica	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	1.884.565	32	-	128	48	331.716	2.216.489
Adições	268.068	-	14.922	-	-	-	282.990
Depreciação	-	-	-	(85.488)	(258)	-	(85.746)
Baixas	-	-	-	(12)	(11)	-	(23)
Transferências	(2.147.744)	-	-	2.474.185	5.275	(331.716)	-
Saldo contábil líquido	4.889	32	14.922	2.388.813	5.054	-	2.413.710
Custo	4.889	32	14.922	2.476.002	5.599	-	2.501.444
Depreciação acumulada	-	-	-	(87.189)	(545)	-	(87.734)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.889	32	14.922	2.388.813	5.054	-	2.413.710
Adições	6.874	-	2.303	242	-	-	9.419
Depreciação	-	-	(1.148)	(97.765)	(184)	-	(99.097)
Baixas	(6)	(32)	-	-	-	-	(38)
Outros	(229)	-	-	229	-	-	-
Transferências	(1.642)	-	-	(2.179)	-	-	(3.821)
Saldo contábil líquido	9.886	-	16.077	2.289.340	4.870	-	2.320.173
Custo	9.886	-	17.225	2.474.295	5.318	-	2.506.724
Depreciação acumulada	-	-	(1.148)	(184.955)	(448)	-	(186.551)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	9.886	-	16.077	2.289.340	4.870	-	2.320.173
Taxa média de depreciação	-	-	6,66%	3,95%	3,46%	-	

13. INTANGÍVEL

Política contábil

Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais, e, adicionalmente, ágio por expectativa de rentabilidade futura. O Grupo registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares e ativos intangíveis referentes à combinação de negócios. O saldo das controladas indiretas é composto principalmente por servidões de passagem, as quais não são amortizadas.

Contratos de autorização

Os contratos de autorização são relativos à parcela alocada da aquisição do Complexo Eólico Ventos de São Vitor em 2020 para cada uma das empresas operacionais. A aquisição foi realizada pela IBH V, que em seguida cindiu parte dos ativos para a IBH SV. Os valores são apresentados como ativo intangível no consolidado e possuem vida útil definida de 35 anos.

Ágio

O ágio é relativo à parcela não alocada da aquisição do Complexo Eólico Ventos de São Vitor em 2020. Esse saldo é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderá apresentar indicação de redução ao valor recuperável.

	Controladora	
	Software	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	1.809	1.809
Adição	490	490
Amortização	(417)	(417)
Saldo contábil líquido	1.882	1.882
Custo	2.398	2.398
Amortização acumulada	(516)	(516)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.882	1.882
Adições	646	646
Amortização	(451)	(451)
Saldo contábil líquido	2.077	2.077
Custo	3.043	3.043
Amortização acumulada	(967)	(967)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.077	2.077
Taxa média de amortização	14,82%	

	Consolidado				
	Contrato de autorização	Servidões	Software	Ágio	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	91.600	378	1.992	8.608	102.578
Adição	-	213	2.124	-	2.337
Amortização	(1.885)	-	(932)	-	(2.817)
Saldo contábil líquido	89.715	591	3.184	8.608	102.098
Custo	91.597	591	4.214	8.608	105.011
Amortização acumulada	(1.883)	-	(1.030)	-	(2.913)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	89.714	591	3.184	8.608	102.098
Adições	-	-	660	-	660
Baixas (i)	-	(152)	-	(6.246)	(6.398)
Amortização	(2.909)	-	(815)	-	(3.724)
Saldo contábil líquido	86.805	440	3.029	2.362	92.636
Custo	91.597	440	4.874	2.362	99.273
Amortização acumulada	(4.792)	-	(1.845)	-	(6.637)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	86.805	440	3.029	2.362	92.636
Taxa média de amortização	3,18%	-	16,72%	-	

- (i) A baixa apresentada em ágio refere-se ao valor relativo à parcela não alocada da aquisição da controlada indireta Ventos de São Vitor Energias Renováveis Ltda que foi extinta no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

14. FORNECEDORES

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Materiais e serviços	85	177	8.403	2.081
Compra de energia	-	-	16.565	4.649
Provisões de fornecedores (i)	183	5.450	25.303	160.646
	268	5.627	50.271	167.376
Não circulante				
Provisões de fornecedores (i)	-	-	129.726	-
	-	-	129.726	-
Total	268	5.627	50.271	167.376

- (i) O montante registrado na rubrica de provisão de fornecedores refere-se a obrigações contratuais devidas à Siemens Gamesa Energia Renovável Ltda, decorrentes dos contratos de fornecimento, instalação e comissionamento dos aerogeradores, incluindo obrigações pós-COD (Commercial Operation Date), ajustes contratuais e garantias de performance relacionadas ao pleno funcionamento das unidades geradoras.

No exercício de 2025, a Companhia celebrou acordo comercial com o fornecedor, por meio do qual foram redefinidas as condições e o cronograma de liquidação do saldo remanescente. Conforme pactuado, os pagamentos terão início em 2026.

A classificação entre passivo circulante e não circulante foi realizada com base no cronograma acordado entre as partes na data-base das demonstrações financeiras.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos captados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*) e descontado das amortizações.

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de empréstimos e financiamentos são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

a) Contratos

(i) BNDES

Em 29 de novembro de 2021, as controladas indiretas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 11, São Vitor 12, São Vitor 13, São Vitor 14 assinaram contrato de financiamento com o BNDES. O total de recursos captados é de R\$655.000, totalmente desembolsados durante os anos de 2022, 2023 e 2024. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 6,31% ao ano.

Originalmente, o principal e juros da dívida seriam pagos ao BNDES em 270 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela em 15 de junho de 2023 e a última em 15 de novembro de 2045. Posteriormente, o contrato foi aditado em 23 de maio de 2023, alterando a quantidade de parcelas para 259, tendo seu início em 15 de maio de 2024 e término mantido em 15 de novembro de 2045. As linhas de crédito foram disponibilizadas conforme a seguir:

- Crédito “A” – São Vitor 01, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito A1 no valor de R\$59.868 e subcrédito A2 no valor de R\$26.316;

- Crédito “B” – São Vitor 03, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito B1 no valor de R\$59.868 e subcrédito B2 no valor de R\$26.316;
- Crédito “C” – São Vitor 07, recurso total de R\$120.658 composto por subcrédito C1 no valor de R\$83.817 e subcrédito C2 no valor de R\$36.841;
- Crédito “D” – São Vitor 11, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito D1 no valor de R\$59.868 e subcrédito D2 no valor de R\$26.316;
- Crédito “E” – São Vitor 12, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito E1 no valor de R\$59.868 e subcrédito E2 no valor de R\$26.316;
- Crédito “F” – São Vitor 13, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito F1 no valor de R\$59.868 e subcrédito F2 no valor de R\$26.316;
- Crédito “G” – São Vitor 14, recurso total de R\$103.422, composto por subcrédito G1 no valor de R\$71.843 e subcrédito G2 no valor de R\$31.579.

(ii) BNB

Em 27 de outubro de 2021, as controladas indiretas São Vitor 02, São Vitor 04, São Vitor 05, São Vitor 06, São Vitor 08, São Vitor 09 e São Vitor 10 assinaram contrato de financiamento com o BNB. O total de recursos captados nos contratos é de R\$548.073, parcialmente desembolsados durante os anos de 2022 e 2023. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 2,68% ao ano (considerando o bônus de adimplência de 15% sobre os juros básicos fixos).

O principal e juros da dívida devem ser pagos ao BNB em 216 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela em 15 de dezembro de 2023. A data de vencimento do contrato é 15 de novembro de 2041. As linhas de crédito foram disponibilizadas conforme a seguir:

- São Vitor 02: recurso total de R\$74.064;
- São Vitor 04: recurso total de R\$74.064;
- São Vitor 05: recurso total de R\$74.064;
- São Vitor 06: recurso total de R\$74.064;
- São Vitor 08: recurso total de R\$74.064;
- São Vitor 09: recurso total de R\$74.064;
- São Vitor 10: recurso total de R\$103.689.

(iii) 1ª NC (1ª Emissão de Notas Comerciais)

Em 16 de fevereiro de 2022, a Companhia efetuou sua primeira emissão de notas comerciais escriturais, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R\$210.000. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,05% a.a., com vencimento para 16 de agosto de 2023. Em 27 de julho de 2023 a operação foi aditada, com as seguintes alterações: (a) mudança no seu vencimento, para 16 de fevereiro de 2025, (b) remuneração 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,95% a.a., (c) rolagem do valor total de R\$230.000, sendo a diferença para o saldo devedor quitada em 16 de agosto de 2023. Em 04 de novembro

de 2024 a operação foi aditada, com as seguintes alterações: (a) mudança no seu vencimento, para 16 de fevereiro de 2026, (b) remuneração 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,20% a.a. A operação foi liquidada antecipadamente em 17 de novembro de 2025.

(iv) 3ª NC (3ª Emissão de Notas Comerciais)

Em 19 de setembro de 2024, a Companhia efetuou sua terceira emissão de notas comerciais escriturais, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R\$ 225.000. A dívida é composta por principal e juros devidos somente no vencimento e atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de (i) 2,20% a.a. desde a data de integralização até 19 de março de 2026 (exclusive) e (ii) 2,75% a.a. desde 19 de março de 2026 (inclusive) até a data de vencimento, em 19 de setembro de 2026.

b) Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	271.603	-	317.754	51.943
(-) Custo de captação	(1.455)	-	(3.003)	(3.291)
	270.148	-	314.751	48.652
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	509.678	1.239.992	1.760.694
(-) Custo de captação	-	(4.883)	(25.392)	(30.344)
	-	504.795	1.214.600	1.730.350
Total	270.148	504.795	1.529.351	1.779.002

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

c) Composição de empréstimos e financiamentos

Companhia	Descrição	Valor do Contrato	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
									31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IBH IV	1ª NC (1ª Emissão de Notas Comerciais)	210.000	16/02/2022	CDI + 2,20% a.a.	Bullet	Bullet	16/02/2026	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios provenientes de Boletim de Subscrição e conta vinculada.		276.741		276.741
IBH IV	3ª NC (3ª Emissão de Notas Comerciais)	225.000	19/09/2024	CDI + 2,00% a.a.	Bullet	Bullet	19/09/2026	Alienação Fiduciária de Ações da Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	271.603	232.936	271.603	232.936
VT02 VT04 VT05 VT06 VT08 VT09 VT10	BNB		27/10/2021	IPCA + 2,687% (bônus de adimplência)	Mensal	Mensal	15/11/2041	(i) Fiança bancária durante todo o prazo da operação (ii) Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva, equivalente a aproximadamente 3% do saldo desembolsado.			555.069	574.763
VT01 VT03 VT07 VT11 VT12 VT13 VT14	BNDES_01		29/11/2021	IPCA + 6,31% a.a.	Mensal	Mensal	15/11/2045	(i) Penhor da totalidade das ações de emissão da IBH IV; (II) Penhor da totalidade das ações de emissão das SPE's (III) Penhor das máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (IV) cessão fiduciária de: (a) direitos creditórios dos contratos de compra e venda de energia, (b) quaisquer outros direitos e/ou receitas decorrentes do projeto, (c) direitos creditórios das contas vinculadas da SPE e da IBH V, (d) direitos creditórios dos mútuos, (e) direitos emergentes das autorizações, (f) direitos creditórios da SPE provenientes dos contratos do projeto. Conta reserva do serviço da dívida equivalente a 6 prestações, Conta Reserva de O&M equivalente a 3 meses de despesa com O&M. (v) fiança bancária até completion físico-financeiro.			534.777	524.896
VT01 VT03 VT07 VT11 VT12 VT13 VT14	BNDES_02		29/11/2021	IPCA + 6,31% a.a.	Mensal	Mensal	15/12/2037	(i) Penhor da totalidade das ações de emissão da IBH IV; (II) Penhor da totalidade das ações de emissão das SPE's (III) Penhor das máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (IV) cessão fiduciária de: (a) direitos creditórios dos contratos de compra e venda de energia, (b) quaisquer outros direitos e/ou receitas decorrentes do projeto, (c) direitos creditórios das contas vinculadas da SPE e da IBH V, (d) direitos creditórios dos mútuos, (e) direitos emergentes das autorizações, (f) direitos creditórios da SPE provenientes dos contratos do projeto. Conta reserva do serviço da dívida equivalente a 6 prestações, Conta Reserva de O&M equivalente a 3 meses de despesa com O&M. (v) fiança bancária até completion físico-financeiro.			196.298	203.301
								(-) Custo de captação	(1.455)	(4.882)	(28.395)	(33.635)
									<u>270.148</u>	<u>504.795</u>	<u>1.529.351</u>	<u>1.779.002</u>

d) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Controladora			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	(-) Custo de captação	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	258.891	450.078	(1.221)	707.748
Ingresso	230.000	225.000	(5.364)	449.636
Provisão de juros	34.722	52.092	-	86.814
Amortização de custos de emissão de dívida	-	-	1.702	1.702
Liquidação do principal	(445.000)	(175.000)	-	(620.000)
Liquidação dos encargos	(78.613)	(42.492)	-	(121.105)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	509.678	(4.883)	504.795
Ingresso	-	-	(174)	(174)
Provisão de juros	-	79.112	-	79.112
Amortização de custos de emissão de dívida	-	-	3.601	3.601
Liquidação do principal	-	(271.371)	-	(271.371)
Liquidação dos encargos	-	(45.815)	-	(45.815)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	271.604	(1.456)	270.148

	Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	(-) Custo de captação	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	258.891	1.690.417	(28.531)	1.920.777
Ingresso	230.000	296.244	(8.655)	517.589
Provisão de juros	34.722	138.245	-	172.967
Atualização monetária	-	33.046	-	33.046
Amortização de custos de emissão de dívida	-	-	3.551	3.551
Liquidação do principal	(445.000)	(228.555)	-	(673.555)
Liquidação dos encargos	(78.613)	(116.760)	-	(195.373)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	1.812.637	(33.635)	1.779.002
Ingresso	-	-	(174)	(174)
Provisão de juros	-	164.076	-	164.076
Amortização de custos de emissão de dívida	-	-	5.414	5.414
Atualização monetária	-	32.772	-	32.772
Liquidação do principal	-	(318.924)	-	(318.924)
Liquidação dos encargos	-	(132.815)	-	(132.815)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	1.557.746	(28.395)	1.529.351

e) Condições restritivas financeiras (covenants)

O financiamento com o BNDES, referente às controladas indiretas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 11, São Vitor 12, São Vitor 13, São Vitor 14, possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou "ICSD") a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados na IBH V, com base nas informações das demonstrações financeiras consolidadas da IBH V.

O cálculo deve ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) distribuição de dividendos e/ou redução de capital. A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração periodicamente. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de 1,30x não foi atingido; entretanto, conforme contrato, não há nenhum impacto para vencimento antecipado da dívida, além dos assuntos mencionados nos itens (i) e (ii) acima.

f) Composição por ano de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1 ano	271.603	-	317.754	51.943
2 anos	-	509.678	45.744	551.499
3 anos	-	-	48.870	44.595
4 anos	-	-	53.371	47.677
5 anos	-	-	56.365	52.107
Após 5 anos	-	-	1.035.642	1.064.816
Total	271.603	509.678	1.557.746	1.812.637

g) Custo de transação

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

16. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira competência registrada na contabilidade e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido.

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>
Circulante	
Imposto de renda e Contribuição social a pagar (i)	4.351
	<u>4.351</u>
Não circulante	
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	5.023
	<u>5.023</u>
Total	<u>9.374</u>

(i) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão apresentados na nota explicativa nº 17.

17. TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Política contábil

Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Imposto de renda e Contribuição social a pagar (i)	-	-	-	3.698
ICMS a pagar	-	-	9	-
ISS a pagar	-	-	36	35
PIS e COFINS a pagar	3	3	1.897	1.630
Salários, provisões e encargos sociais	-	1.695	1.044	2.592
Outros tributos a pagar	62	22	836	135
	65	1.720	3.822	8.090
Não circulante				
Salários, provisões e encargos sociais	396	-	396	-
	396	-	396	-
Total	461	1.720	4.218	8.090

- (ii) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão apresentados na nota explicativa nº 16.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Política contábil

Nessa rubrica são reconhecidos os encargos relacionados ao setor de energia que são definidos pela ANEEL e cobrados pelas transmissoras, sob gestão do Operador Nacional do Sistema, os quais correspondem aos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) e à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST)	5.707	2.721
Total	5.707	2.721

19. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

Política contábil

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(a) Composição da provisão para processos judiciais prováveis de perda

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Regulatórios	556	-
Total	556	-

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação da provisão para processos judiciais prováveis

	Consolidado	
	Natureza	
	Regulatórios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-
Constituição	530	530
Atualização monetária	26	26
Saldos em 31 de dezembro de 2025	556	556

(c) Os passivos contingentes possíveis são demonstrados como segue:

Empresas	Consolidado		
	Regulatórios	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
VT01	-	317	317
VT12, VT13 e VT14	607	-	607
Saldos em 31 de dezembro de 2025	607	317	924

- Regulatórios: Processo envolvendo a suspensão dos efeitos da decisão da CCEE quanto ao não repasse dos percentuais do desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), possuindo como valor possível o montante de R\$ 5.889, e processo para compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off*.
- Trabalhistas: Reclamações trabalhistas que têm por principais matérias: indenização por danos morais e materiais, horas extras, verbas rescisórias, diferenças salariais, adicional noturno, dentre outros.

20. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

Política contábil

As provisões para desmobilização de ativos são estimativas registradas em função da existência de um contrato de arrendamento que estabelece a obrigação do Grupo de devolver o terreno ao final do contrato nas mesmas condições em que foi recebido. Essa obrigação inclui a remoção de estruturas e equipamentos instalados, exceto as obras aterradas, como fundações, redes de água e esgoto, entre outras. O reconhecimento dessa provisão busca garantir que os custos associados à restauração do local sejam adequadamente mensurados e registrados ao longo da vida útil dos parques eólicos.

Os valores provisionados são estimativas mensuradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto de 7,44%, com base na melhor estimativa da Administração e pelo mesmo período da autorização.

	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2024	-
Adições	14.922
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14.922
Adições	2.303
Atualização financeira	1.282
Saldos em 31 de dezembro de 2025	18.507

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia era de R\$1.628.952 (R\$1.615.952 em 31 de dezembro 2024), dividido em 1.628.952.010 (1.615.952.010 em 31 de dezembro 2024) sendo 1.621.502.010 ações integralizadas (1.287.362.010 em 31 de dezembro de 2024).

Em 05 de março de 2025, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$13.000.

A Companhia não possui ações autorizadas. A seguir a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

31 de dezembro de 2025			
Acionistas	Participação - %	Quantidade de ações	Ações integralizadas
IBH Renováveis I S.A.	100%	1.628.952.410	1.621.502.010
Total	100%	1.628.952.410	1.621.502.010

31 de dezembro de 2024			
Acionistas	Participação - %	Quantidade de ações	Ações integralizadas
IBH Renováveis I S.A.	100%	1.615.952.410	1.287.362.010
Total	100%	1.615.952.410	1.287.362.010

22. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle dos serviços prestados é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas indiretas da Companhia esperam ter direito por esses serviços. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

Receita	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	MWh	Valor	MWh	Valor
Receita com energia (i)	2.128.943	328.660	1.488.631	204.164
Receita com energia CCEE		8.283		7.736
Deduções				
(-) Impostos sobre vendas	-	(12.296)	-	(8.545)
(-) TFSEE	-	(2.711)	-	(778)
Total	2.128.943	321.936	1.488.631	202.577

- (i) A variação no volume sendo ocorre pois, em 2024, as operações eram parciais tendo em vista a data da entrada em operação das SPEs.

23. CUSTO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Custo de venda de energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda (a)	74.949	67.123
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	34.425	32.932
Custo de operação (b)	136.251	106.397
Total	245.625	206.452

(a) Custo de energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica comprada para revenda	37.481	58.820
Custo de liquidação CCEE	37.468	8.303
Total	74.949	67.123

(b) Custo de operação

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	3.814	2.010
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	19.843	6.370
Prêmios de seguros	5.862	8.201
Arrendamentos e aluguéis	5.610	2.487
Depreciações e amortizações	99.427	86.229
Custos tributários	2	124
Outros custos	1.693	976
Total	136.251	106.397

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal (i)	(2.075)	16.486	(1.938)	16.486
Materiais e serviços de terceiros	1.784	2.521	4.074	3.361
Arrendamentos e aluguéis	(7)	181	(2)	191
Prêmios de seguros	119	237	119	570
Despesas tributárias	6	-	7	-
Depreciações e amortizações	483	451	3.393	2.334
Provisão para contingências	-	-	556	-
Licença e suporte de software	1.866	2.363	2.011	2.363
Baixa de ágio	-	-	6.246	-
Outras despesas	227	541	673	789
Total	2.403	22.780	15.139	26.094

- (i) A variação apresentada na rubrica de despesas com pessoal se dá devido extinção do contrato de compartilhamento de despesas da Infraestrutura Brasil Holding I com a Companhia e reversão parcial de provisão de ILP.

25. RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil

As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras.

As despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente.

Não foram realizadas compensações entre receitas e despesas financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	132	3.039	16.791	18.455
Tributos sobre receitas financeiras	(31)	(158)	(38)	(170)
Outras receitas financeiras	538	356	710	1.586
Total das receitas financeiras	639	3.237	17.463	19.871
Despesa financeira				
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(79.112)	(86.814)	(164.076)	(159.170)
Amortização de custos de emissão de empréstimos e financiamentos (i)	(3.601)	-	(5.414)	-
Atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	(32.772)	-
IOF	(7)	(40)	(163)	(1.562)
Comissões, garantias e fianças	(901)	(4.744)	(30.799)	(18.455)
Atualização financeira desmobilização	-	-	(1.282)	-
Outras despesas financeiras	(249)	(872)	(964)	(7.141)
Total das despesas financeiras	(83.870)	(92.470)	(235.470)	(186.328)
Resultado financeiro	(83.231)	(89.233)	(218.007)	(166.457)

- (i) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão apresentados na rubrica “Outras despesas financeiras”.
- (ii) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão apresentados na rubrica “Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos”.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

Na Companhia e suas controladas diretas, o método de apuração é o lucro real e o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no lucro real considerando as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro líquido para contribuição social.

Nas controladas indiretas a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota de 9%. Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias das receitas financeiras de aplicações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo contábil antes dos impostos	(174.460)	(207.925)	(155.023)	(196.426)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	(59.316)	(70.695)	(52.708)	(66.785)
Despesas permanentes não dedutíveis	(113)	(53)	1.972	56
Prejuízos fiscais	31.077	38.138	31.132	-
Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído	(1.848)	-	(1.875)	-
Resultado de equivalência patrimonial	30.200	32.610	616	-
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	-	-	40.300	55.230
Encargo fiscal	-	-	19.437	(11.499)
Corrente	-	-	14.414	11.499
Diferido	-	-	5.023	-
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	19.437	11.499
Alíquota efetiva	-	-	13%	6%

Na Controladora, o saldo de prejuízo fiscal acumulado é de R\$554.518 e no Consolidado R\$557.797 (R\$463.116 na Controladora e R\$466.233 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024), que também constitui base negativa de contribuição social no mesmo valor. O saldo de diferenças temporárias acumuladas na Controladora e no Consolidado é de R\$3.701 (R\$5.175 na Controladora e R\$5.252 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024, não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulado, pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores.

27. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado básico e diluído por ação		
Prejuízo atribuído aos acionistas	(174.460)	(207.925)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	1.626.673	1.571.336
Resultado básico e diluído atribuível por ação - R\$	(0,11)	(0,13)

28. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras; contudo, não impactaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões fornecedores	-	6	152.993	153.025
Juros capitalizados relativos a empréstimos	-	-	-	46.843
Provisão para desmobilização de ativos	-	-	18.507	14.922
Mútuos convertidos em investimento	-	-	-	38.000
	-	6	171.500	252.790

29. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pelo Grupo referem-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de danos materiais e lucros cessantes, D&O e responsabilidade civil.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 13 de janeiro de 2026 e 13 de fevereiro de 2026, foram celebrados os contratos de mútuos entre as controladas indiretas São Vitor 14 e São Vitor 07, nos montantes de R\$2.300 e R\$1.000 respectivamente e, em 13 de fevereiro de 2026, foi celebrado o contrato de mútuos entre as controladas indiretas São Vitor 14 e São Vitor 03 no montante de R\$600.

* * *

Francisco Moya Reina

Diretor Presidente

Gabriel Marinho de Farias

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Rodrigo Cesar de Moraes

Controller

Fabio Henrique Silva Marques

Contador

CRC SP-315705/O-3